

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	71
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.446.898.779
Preferenciais	0
Total	1.446.898.779
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.641.216	2.570.959
1.01	Ativo Circulante	201.504	150.469
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	109.215	56.362
1.01.02	Aplicações Financeiras	42.599	45.906
1.01.03	Contas a Receber	4.955	7.579
1.01.03.01	Clientes	4.955	7.579
1.01.04	Estoques	22.828	17.556
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.241	9.874
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.241	9.874
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	4.241	9.874
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.323	5.054
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.343	8.138
1.01.08.03	Outros	13.343	8.138
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	8.256	3.317
1.01.08.03.02	Adiantamento de proventos	3.891	2.946
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	1.196	1.875
1.02	Ativo Não Circulante	2.439.712	2.420.490
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	140.385	137.444
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	29.830	26.389
1.02.01.03	Contas a Receber	6.451	6.196
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.451	6.196
1.02.01.06	Tributos Diferidos	45.330	50.981
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45.330	50.981
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	58.774	53.878
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	58.774	53.878
1.02.02	Investimentos	2	2
1.02.02.01	Participações Societárias	2	2
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2	2
1.02.03	Imobilizado	311.836	298.106
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	311.836	298.106
1.02.04	Intangível	1.987.489	1.984.938
1.02.04.01	Intangíveis	1.987.489	1.984.938
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.983.303	1.981.764
1.02.04.01.02	Outros	4.186	3.174

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.641.216	2.570.959
2.01	Passivo Circulante	253.270	465.224
2.01.02	Fornecedores	69.612	63.089
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	135.391	361.773
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	125.980	242.607
2.01.04.02	Debêntures	9.411	119.166
2.01.05	Outras Obrigações	48.267	40.362
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.972	2.954
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.972	2.954
2.01.05.02	Outros	45.295	37.408
2.01.05.02.04	Impostos taxas e contribuições a pagar	4.239	5.369
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições sociais	17.174	14.267
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	5.497	6.948
2.01.05.02.07	Participações a empregados	4.562	7.582
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	4.950	2.300
2.01.05.02.09	Outras obrigações	7.648	942
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	1.225	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.086.058	823.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.024.994	766.338
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	661.895	612.168
2.02.01.02	Debêntures	363.099	154.170
2.02.02	Outras Obrigações	47.509	45.147
2.02.02.02	Outros	47.509	45.147
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	47.322	44.944
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	203
2.02.04	Provisões	13.555	12.496
2.02.04.02	Outras Provisões	13.555	12.496
2.02.04.02.04	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	13.555	12.496
2.03	Patrimônio Líquido	1.301.888	1.281.754
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-42.272	-62.406

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	166.503	322.476	140.969	273.054
3.01.01	Receita de serviços	166.503	322.476	138.455	265.545
3.01.02	Receita da construção	0	0	2.514	7.509
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-94.882	-182.113	-88.248	-174.906
3.02.01	Custos de serviços	-94.882	-182.113	-85.988	-167.912
3.02.02	Custo da construção	0	0	-2.260	-6.994
3.03	Resultado Bruto	71.621	140.363	52.721	98.148
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-34.839	-61.671	-25.959	-50.219
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.236	-62.759	-26.495	-51.217
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	397	1.088	536	998
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.782	78.692	26.762	47.929
3.06	Resultado Financeiro	-21.532	-46.073	-24.545	-32.462
3.06.01	Receitas Financeiras	6.724	13.555	20.024	32.024
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.256	-59.628	-44.569	-64.486
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.250	32.619	2.217	15.467
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.024	-12.485	-1.230	-5.914
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.226	20.134	987	9.553
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.226	20.134	987	9.553
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,00638	0,01392	0,00068	0,00660
3.99.01.01	ON				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,00638	0,01392	0,00068	0,00660
3.99.02.01	ON				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	9.226	20.134	987	9.553
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.226	20.134	987	9.553

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	129.271	77.593
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	139.187	104.176
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	32.619	15.467
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	54.172	48.122
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	1.969	574
6.01.01.05	Provisões diversas	5.676	-1.594
6.01.01.06	Variações monetárias, cambiais e encargos - Líquidas	34.211	41.740
6.01.01.07	Margem de construção	0	-515
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	8	382
6.01.01.09	Ajuste de operações de Hedge	7.648	0
6.01.01.10	Outros	-2.514	0
6.01.01.11	Juros de aplicação financeira	5.398	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.916	-26.583
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-3.307	-2.653
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-3.686	-9.307
6.01.02.04	Estoques	-5.272	-14.280
6.01.02.05	Outros créditos	-4.474	-1.740
6.01.02.06	Fornecedores	3.139	4.360
6.01.02.07	Obrigações com empregados e administradores	2.907	4.220
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	1.371	-1.980
6.01.02.09	Concessão de serviço público	173	0
6.01.02.10	Outra obrigações a pagar	7.213	128
6.01.02.11	Impostos de renda e contribuição social	-1.178	-5.331
6.01.02.13	Impostos de renda e contribuição pagos	-6.802	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-68.669	-100.172
6.02.01	Aquisição de intangível	-32.136	-70.981
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-29.030	-34.491
6.02.03	Aplicação Financeira	-5.532	60.427
6.02.04	Concessão de serviço público	-1.971	-55.127
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.749	126.397
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures	-297.704	-53.103
6.03.03	Pagamento de juros	-66.244	0
6.03.04	Captação de empréstimos e debêntures	356.199	179.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	52.853	103.818
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.362	18.133
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	109.215	121.951

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-62.406	0	1.281.754
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-62.406	0	1.281.754
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.134	0	20.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.134	0	20.134
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	-42.272	0	1.301.888

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-98.481	0	1.245.679
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-98.481	0	1.245.679
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.553	0	9.553
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.553	0	9.553
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	-88.928	0	1.255.232

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	327.272	289.281
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	331.860	281.603
7.01.02	Outras Receitas	1.088	8.573
7.01.02.01	Outras receitas	1.088	1.064
7.01.02.02	Receita da construção	0	7.509
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.676	-895
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-97.699	-95.062
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-97.699	-88.068
7.02.04	Outros	0	-6.994
7.02.04.01	Custo da construção	0	-6.994
7.03	Valor Adicionado Bruto	229.573	194.219
7.04	Retenções	-54.172	-48.122
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.172	-48.122
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	175.401	146.097
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.555	32.024
7.06.02	Receitas Financeiras	13.555	32.024
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	188.956	178.121
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	188.956	178.121
7.08.01	Pessoal	75.227	69.630
7.08.01.01	Remuneração Direta	53.240	47.506
7.08.01.02	Benefícios	17.945	18.463
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.042	3.661
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.697	34.142
7.08.02.01	Federais	24.752	27.385
7.08.02.02	Estaduais	1.609	1.371
7.08.02.03	Municipais	6.336	5.386
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.898	64.796
7.08.03.01	Juros	41.830	28.770
7.08.03.02	Aluguéis	1.270	245
7.08.03.03	Outras	17.798	35.781
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.134	9.553
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.134	9.553

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.641.216	2.570.959
1.01	Ativo Circulante	201.506	150.471
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	109.217	56.364
1.01.02	Aplicações Financeiras	42.599	45.906
1.01.03	Contas a Receber	4.955	7.579
1.01.03.01	Clientes	4.955	7.579
1.01.04	Estoques	22.828	17.556
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.241	9.874
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.241	9.874
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	4.241	9.874
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.323	5.054
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.343	8.138
1.01.08.03	Outros	13.343	8.138
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	8.256	3.317
1.01.08.03.02	Adiantamento de proventos	3.891	2.946
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	1.196	1.875
1.02	Ativo Não Circulante	2.439.710	2.420.488
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	140.385	137.444
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	29.830	26.389
1.02.01.03	Contas a Receber	6.451	6.196
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.451	6.196
1.02.01.06	Tributos Diferidos	45.330	50.981
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45.330	50.981
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	58.774	53.878
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	58.774	53.878
1.02.03	Imobilizado	311.836	298.106
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	298.106
1.02.04	Intangível	1.987.489	1.984.938
1.02.04.01	Intangíveis	0	1.984.938
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	0	1.981.764
1.02.04.01.02	Outros	0	3.174

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.641.216	2.570.959
2.01	Passivo Circulante	253.270	465.224
2.01.02	Fornecedores	69.612	63.089
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	135.391	361.773
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	125.980	242.607
2.01.04.02	Debêntures	9.411	119.166
2.01.05	Outras Obrigações	48.267	40.362
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.972	2.954
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.972	2.954
2.01.05.02	Outros	45.295	37.408
2.01.05.02.04	Impostos, taxas e contribuições a pagar	4.239	5.369
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições sociais	17.174	14.267
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	5.497	6.948
2.01.05.02.07	Participações a empregados	4.562	7.582
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	4.950	2.300
2.01.05.02.09	Outras obrigações	7.648	942
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	1.225	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.086.058	823.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.024.994	766.338
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	661.895	612.168
2.02.01.02	Debêntures	363.099	154.170
2.02.02	Outras Obrigações	47.509	45.147
2.02.02.02	Outros	47.509	45.147
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	47.322	44.944
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	203
2.02.04	Provisões	13.555	12.496
2.02.04.02	Outras Provisões	13.555	12.496
2.02.04.02.04	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	13.555	12.496
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.301.888	1.281.754
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-42.272	-62.406

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	166.503	322.476	140.969	273.054
3.01.01	Receita de serviços	166.503	322.476	138.455	265.545
3.01.02	Receita da construção	0	0	2.514	7.509
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-94.882	-182.113	-88.248	-174.906
3.02.01	Custos de serviços	-94.882	-182.113	-85.988	-167.912
3.02.02	Custo da construção	0	0	-2.260	-6.994
3.03	Resultado Bruto	71.621	140.363	52.721	98.148
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-34.839	-61.671	-25.959	-50.219
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.236	-62.759	-26.495	-51.217
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	397	1.088	536	998
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.782	78.692	26.762	47.929
3.06	Resultado Financeiro	-21.532	-46.073	-24.545	-32.462
3.06.01	Receitas Financeiras	6.724	13.555	20.024	32.024
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.256	-59.628	-44.569	-64.486
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.250	32.619	2.217	15.467
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.024	-12.485	-1.230	-5.914
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.226	20.134	987	9.553
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	9.226	20.134	987	9.553
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.226	20.134	987	9.553
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	6,38000	13,20000	0,68000	6,60000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	6,38000	13,20000	0,68000	6,60000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	9.226	20.134	987	9.553
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	9.226	20.134	987	9.553
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.226	20.134	987	9.553

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	129.271	77.593
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	139.187	104.176
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	32.619	15.467
6.01.01.02	Depreciação e amortização	54.172	48.122
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	1.969	574
6.01.01.05	Provisões diversas	-2.514	-1.594
6.01.01.06	Variações monetárias, cambiais e encargos - Líquidas	34.211	41.740
6.01.01.07	Margem de construção	0	-515
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	8	382
6.01.01.09	Ajuste de operações de Hedge	7.648	0
6.01.01.10	Outros	5.676	0
6.01.01.11	Juros de aplicação financeira	5.398	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.916	-26.583
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-3.307	-2.653
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-3.686	-9.307
6.01.02.03	Estoques	-5.272	-14.280
6.01.02.04	Outros créditos	-4.474	-1.740
6.01.02.05	Fornecedores	3.139	4.360
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	2.907	4.220
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	1.371	-1.980
6.01.02.08	Concessão de serviço público	173	0
6.01.02.09	Outras obrigações a pagar	7.213	128
6.01.02.10	Impostos de renda e contribuição social	-1.178	-5.331
6.01.02.12	Impostos de renda e contribuição pagos	-6.802	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-68.669	-100.172
6.02.01	Aquisição de intangível	-32.136	-70.981
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-29.030	-34.491
6.02.03	Aplicação Financeira	-5.532	60.427
6.02.04	Concessão de serviço público	-1.971	-55.127
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.749	126.397
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-363.948	-53.103
6.03.03	Captação de empréstimos	356.199	179.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	52.853	103.818
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.364	18.135
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	109.217	121.953

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-62.406	0	1.281.754	0	1.281.754
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-62.406	0	1.281.754	0	1.281.754
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.134	0	20.134	0	20.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.134	0	20.134	0	20.134
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	-42.272	0	1.301.888	0	1.301.888

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-98.481	0	1.245.679	0	1.245.679
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-98.481	0	1.245.679	0	1.245.679
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.553	0	9.553	0	9.553
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.553	0	9.553	0	9.553
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	-88.928	0	1.255.232	0	1.255.232

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	327.272	289.281
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	331.860	281.603
7.01.02	Outras Receitas	1.088	8.573
7.01.02.01	Outras receitas	1.088	1.064
7.01.02.02	Receita da construção	0	7.509
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.676	-895
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-97.699	-95.062
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-97.699	-88.068
7.02.04	Outros	0	-6.994
7.02.04.01	Custo da construção	0	-6.994
7.03	Valor Adicionado Bruto	229.573	194.219
7.04	Retenções	-54.172	-48.122
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.172	-48.122
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	175.401	146.097
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.555	32.024
7.06.02	Receitas Financeiras	13.555	32.024
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	188.956	178.121
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	188.956	178.121
7.08.01	Pessoal	75.227	69.630
7.08.01.01	Remuneração Direta	53.240	47.506
7.08.01.02	Benefícios	17.945	18.463
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.042	3.661
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.697	34.142
7.08.02.01	Federais	24.752	27.385
7.08.02.02	Estaduais	1.609	1.371
7.08.02.03	Municipais	6.336	5.386
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.898	64.796
7.08.03.01	Juros	41.830	28.770
7.08.03.02	Aluguéis	1.270	245
7.08.03.03	Outras	17.798	35.781
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.134	9.553
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.134	9.553

RESULTADOS 2T14**Comentário do Desempenho**
METRÔRIO**Comentário de Desempenho****CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014**

- O MetrôRio transportou 50,3 milhões de passageiros pagantes no 2T14, um aumento de 19,5% em relação ao 2T13. As mudanças viárias no centro da cidade do Rio de Janeiro, ocorridas no 1T14, continuam sendo a principal causa de aumento da demanda de passageiros. A inauguração da estação Uruguai e reabertura da estação Ipanema/General Osório, também contribuíram para o aumento da demanda entre os períodos.
- Em 18 de maio de 2014, houve o reajuste da tarifa. O MetrôRio foi autorizado a cobrar R\$ 3,50 para os usuários que não façam uso do Bilhete Único e, portanto, não tenham direito à Tarifa Social. Também, a partir desta data o Governo do estado do Rio de Janeiro iniciou o repasse do subsídio da Tarifa Social e da Tarifa de Equilíbrio, através do fundo estadual de transportes, instituído pela mesma lei do Bilhete Único Estadual.
- Os Custos e Despesas Operacionais apresentaram um aumento de R\$ 17,8 milhões, ou 15,9% no 2T14 em relação ao 2T13. Os principais impactos são representados por Provisão de Devedores Duvidosos, e um maior volume de gastos com projetos e consultorias.
- O Lucro Líquido no 2T14 foi de R\$ 9,2 milhões, ou seja, R\$ 8,2 milhões superior ao 2T13, representados principalmente pelo crescimento do EBIT.

RESULTADOS 2T14**Comentário do Desempenho
METRÔRIO****Desempenho Operacional**

Na tabela abaixo, encontra-se o indicador operacional do MetrôRio.

MM	2T14	2T13	▲	6M14	6M13	▲
MetrôRio – PAX Pagantes	50,3	42,1	19,5%	99,0	83,3	18,8%

No 2T14, o número de passageiros pagantes aumentou 19,5% em relação ao 2T13. O aumento de passageiros continua sendo justificado, principalmente, pelas intervenções viárias no centro da cidade do Rio de Janeiro que, entre outras razões, dificultaram a circulação e o estacionamento de automóveis no centro da cidade. Também contribuíram positivamente com o aumento apresentado a inauguração da estação Uruguai e a reabertura da estação Ipanema/General Osório, que tinha sido provisoriamente fechada para as obras da Linha 4 durante grande parte do ano passado. , também contribuem para este aumento.

Receita

Resultado Consolidado - (R\$ mil)	2T14	2T13	▲	6M14	6M13	▲
Receita Bruta	171,3	148,4	15,4%	331,9	289,1	14,8%
Receitas Tarifárias	163,6	140,0	16,8%	316,8	269,0	17,8%
Receitas Não Tarifárias	7,7	5,9	30,5%	15,1	12,6	19,8%
Receita de Construção (IFRS)	-	2,5	-100,0%	-	7,5	-100,0%
Receita Bruta Ajustada	171,3	145,9	17,4%	331,9	289,1	17,8%
Deduções da Receita Bruta	(4,8)	(7,5)	-35,6%	(9,4)	(16,1)	-41,6%
Receita Líquida Ajustada	166,5	138,4	20,2%	322,5	265,5	21,4%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 166,5 milhões no 2T14, um crescimento de R\$ 28,0 milhões, ou 20,2% em relação ao 2T13, principalmente por:

- **Receita Tarifária** – Representou 95,5% da Receita Bruta Ajustada, com um crescimento de R\$ 23,6 milhões, ou 16,8% em relação ao 2T13, em decorrência, do aumento do número de passageiros pagantes.
- **Receita não tarifária** - Representou 4,5% da Receita Bruta Ajustada, um aumento de 30,5% em relação ao 2T13. O Crescimento ocorreu principalmente devido à operação de Publicidade, que vem agregando ao seu portfólio novos tipos de negócio, como a Mídia Digital, além de outros produtos como Telecom e Wi-Fi.
- **Deduções da Receita Bruta** – A MP617/Junho 2013, que decretou alíquota zero do PIS/COFINS sobre a receita tarifária, gerou uma economia de R\$ 2,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

RESULTADOS 2T14**Comentário do Desempenho
METRÔRIO****Custos & Despesas**

R\$ MM	2T14	2T13	▲	6M14	6M13	▲
Custos & Despesas Operacionais	(129,8)	(114,2)	13,6%	(243,9)	(225,1)	8,3%
Pessoal	(45,0)	(42,8)	5,0%	(85,4)	(81,4)	4,9%
Conservação & Manutenção	(10,3)	(10,1)	1,9%	(20,5)	(19,9)	-3,0%
Operacionais	(23,2)	(22,9)	1,3%	(47,6)	(46,4)	2,6%
Despesas Administrativas	(24,0)	(12,0)	100,0%	(36,2)	(22,3)	-62,3%
Custo de Construção (IFRS)	-	(2,3)	-100,0%	-	(7,0)	-100,0%
Depreciação & Amortização	(27,3)	(24,1)	13,3%	(54,2)	(48,1)	12,7%
Custos & Despesas Operacionais	(129,8)	(111,9)	15,9%	(243,9)	(218,1)	11,8%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados apresentaram um aumento de R\$ 17,9 milhões, ou 15,9% no 2T14 em relação ao 2T13, devido a:

- **Pessoal:** Aumento de R\$ 2,2 milhões no 2T14 em comparação ao 2T13 devido, principalmente, ao crescimento da demanda de passageiros, que gerou a realização de horas extras para atender à necessidade da operação. No 2T14, os valores da negociação do ACT (acordo coletivo) totalizaram em R\$ 2,8 MM, enquanto que em 2013 este efeito ocorreu no 3T13. Como contrapartida, a desoneração de INSS sobre a folha, gerou uma economia de, aproximadamente, R\$ 2,8 MM.
- **Conservação e Manutenção:** Aumento de R\$ 0,2 milhões no 2T14, em linha com o ano anterior.
- **Operacionais:** Aumento de R\$ 0,3 milhões no 2T14 ou 1,3% em relação ao 2T13. Apesar da maior demanda, os custos com Energia, o principal *driver* destes custos, manteve-se estável no 2T14 em relação ao 2T13, devido à redução da tarifa de distribuição.
- **Despesas Administrativas:** Aumento de R\$ 12 milhões, o dobro do apurado no 2T13, está relacionado, principalmente, à constituição de PDD devido aos eventos custeados pelo Governo, tais quais, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo, que ainda não foram reembolsados ao MetrôRio, no montante de R\$ 5,3 milhões. O crescimento também se deve ao maior volume de gastos com projetos e consultorias, suportando o movimento para eficiência e crescimento da empresa.
- **Depreciação e Amortização:** Aumento de R\$ 3,2 milhões no 2T14, em função da apropriação dos custos da depreciação/amortização dos investimentos realizados em 2014. Destacamos a adição de valores da nova outorga do contrato de concessão.

RESULTADOS 2T14**Comentário do Desempenho
METRÔRIO****EBITDA Ajustado**

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 64,0 milhões no 2T14, 26,5% maior em relação ao apresentado no 2T13. O aumento da demanda, já verificada nos indicadores operacionais, é o principal motivo para o crescimento do EBITDA. Os custos, mesmo com a nova demanda, crescem em menor proporção, devido, principalmente, à menores custos com Energia Elétrica.

R\$ MM	2T14	2T13	▲	6M14	6M13	▲
EBIT	36,8	26,8	37,3%	78,7	47,9	64,3%
(+) Depreciação & Amortização	27,3	24,1	13,3%	54,2	48,1	12,7%
EBITDA¹	64,1	50,9	25,9%	132,9	96,0	38,5%
Ajustes	-	(0,3)	-100,0%	-	(0,5)	-100,0%
(-) Receita de Construção (IFRS)	-	(2,5)	-100,0%	-	(7,5)	-100,0%
(+) Custo de Construção (IFRS)	-	2,3	-100,0%	-	7,0	-100,0%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	-	-	n.m	-	-	n.m
(+) Baixa de Provisão para Manutenção (IFRS)	-	-	n.m	-	-	n.m
EBITDA Ajustado²	64,0	50,8	26,0%	133,0	95,5	39,3%
Receita Líquida Ajustada	166,5	138,5	20,2%	322,5	265,5	21,5%
Margem EBITDA (%) Ajustada	38,4%	36,7%	1,9 p.p.	41,2%	36,0%	5,2 p.p.

¹Instrução CVM Nº527/12.

²Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção.

Resultado Financeiro

R\$ MM	2T14	2T13	▲	6M14	6M13	▲
Resultado Financeiro	21,6	24,6	-12,2%	46,0	32,5	41,5%
Receitas Financeiras	6,7	20,0	-66,5%	13,6	32,0	-57,5%
Despesas Financeiras	28,3	44,6	-36,6%	59,6	64,5	-7,5%

No 2T14, o resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma redução de 12,2% em relação ao 2T13, totalizando R\$ 21,6 milhões de resultado negativo, contra R\$ 24,6 milhões em 2T13. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à:

- **Receitas Financeiras:** Variação deve-se principalmente aos rendimentos do fundo cambial (FIC - fundo financiamento novos trens), o qual é indexado ao Dólar. Este valor foi impactado principalmente pela alteração da base de rendimento, representando uma redução de 28,9%, devido aos diversos pagamentos relacionados aos trens, e o valor do dólar no 2T14 ter se mantido constante em relação ao 2T13.

Despesas Financeiras: Variação deve-se, principalmente, à atualização do saldo do contrato de compra dos trens (contrato em dólar). Em 2013, a desvalorização da moeda gerou variação cambial sobre o saldo do passivo, que em 2014, possuía um saldo menor, devido aos pagamentos realizados.

RESULTADOS 2T14**Comentário do Desempenho**
METRÔRIO**Endividamento**

R\$ MM	6M14	6M13	▲
Dívida Bruta	1.160,4	1.128,8	2,8%
Curto Prazo	135,4	335,7	-59,7%
Longo Prazo	1.025,0	793,1	29,2%
Disponibilidades	181,6	220,9	-17,8%
Caixa e equivalentes de caixa	109,2	122,0	-10,5%
Aplicações Financeiras	72,4	98,9	-26,8%
Dívida Líquida	978,8	907,9	7,8%

O Endividamento da Companhia encerrou o 2T14 com uma Dívida Líquida de R\$ 978,8 milhões.

O aumento da dívida bruta em 2,8% ocorreu devido:

- **Curto Prazo:** A redução verificada entre os períodos demonstrados deve-se principalmente à rolagem de financiamentos, no montante de R\$ 295 milhões (amortização das Debêntures e Notas promissórias), captação de novas Notas Promissórias no montante de R\$ 55 milhões.
- **Longo Prazo:** Visando o pagamento do principal e juros de dívidas anteriormente contratadas pela Companhia, no total de R\$ 295 milhões, foram emitidas Debêntures (Mar/2014), totalizando o montante de R\$ 210 milhões, e foi realizada uma operação de crédito em dólares norte-americanos por meio da Lei nº4131, conjugada com uma operação de derivativo (swap) para conversão do volume captado em dólares para reais, para fins de hedge de 100% (cem por cento) do empréstimo corrente, no valor de R\$ 85 milhões com o Banco Citibank S.A. Ambas as transações foram realizadas com prazo de vencimento de 2 anos. Pode-se ainda destacar saldo de amortização de financiamentos com o BNDES (≈R\$ 354 MM); CEF (≈R\$ 240 MM), para investimentos do 6º Termo Aditivo, dentre os quais podemos destacar: a compra dos Novos Trens, a Construção da Estação Uruguai, obras de acessibilidade nas Estações e o projeto de implantação do sistema de Piloto Automático.

As disponibilidades reduziram-se em R\$ 39,3 milhões devido principalmente, aos pagamentos relacionados aos trens.

RESULTADOS 2T14**Comentário do Desempenho**
METRÔRIO**CAPEX**

R\$ MM	6M14	6M13	▲
Adição ao Imobilizado	29,5	17,8	65,7%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	1,6	0,4	300,0%
Direito de Concessão (Investimento)	41,3	80,2	-48,5%
(-) Transações não Caixa	(3,4)	(19,0)	-82,2%
(-) Capitalização de Result. Financeiro Intangível	(7,9)	(15,5)	-49,0%
Total Investido	61,1	63,9	-4,4%

Os Investimentos somam R\$ 61,1 milhões nos 6M14. As adições ao Imobilizado referem-se aos investimentos, na construção da Estação Uruguai e estacionamento de trens na Central, na implantação do sistema de supervisão de falhas e piloto automático, além da manutenção recorrente dos trens e infra-estrutura.

A Companhia teve transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa e que se referem à aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas).

RESULTADOS 2T14**Comentário do Desempenho
METRÔRIO****Glossário**

Bilhete Único: De acordo com a Lei 5.628/2009, o Bilhete Único Intermunicipal é um benefício tarifário, na integração das tarifas praticadas nos serviços de transporte intermunicipal, para ser utilizada em no máximo 3h (três horas).

Receitas e Custos de Construção: É uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível.

Receita Líquida Ajustada: Receita líquida que se refere exclusivamente à prestação de serviços da concessionária, excluindo as Receitas de Construção.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA foi padronizado pela Instrução CVM N° 527/12.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias e da margem de construção (Receitas de Construção menos Custos de Construção). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é uma forma de representar a sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da Margem EBITDA Ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre o EBITDA Ajustado e a Receita Líquida Ajustada.

IFRS: International Financial Reporting Standards são normas/padrões internacionais de contabilidade.

Integração: Convênio firmado com empresas de transporte público, utilizado para complementar a viagem metrô e ônibus.

JMJ: Jornada Mundial da Juventude.

Tarifa de Equilíbrio: Proposta anualmente pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transportes Concedidos (Agetransp) e que garante o retorno dos investimentos e da manutenção das concessionárias.

Tarifa Social: Tem caráter temporário, que estabelece o benefício aos usuários do Bilhete Único.

DISCLAIMER

O presente documento não constitui oferta e/ou recomendação e/ou solicitação para subscrição ou compra de quaisquer valores mobiliários e nem poderá ser entendido como tal em qualquer jurisdição.

As informações apresentadas pela CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. ("Companhia" ou "METRÔ Rio") e contidas neste documento são de caráter exclusivamente informativo e não deve ser utilizada em hipótese alguma como base para a decisão de investimento em valores mobiliários.

A Companhia e seus representantes legais não fazem qualquer declaração ou garantia expressa ou implícita com relação às informações contidas neste documento, inclusive, sem limitação, com relação à precisão, suficiência, exatidão, ou integridade das informações ou opiniões contidas neste documento e não aceitarão responsabilidade pelo uso deste material por qualquer pessoa.

Algumas das informações aqui contidas se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, desempenho e eventos futuros. Os resultados reais, desempenho e eventos podem divergir significativamente daqueles expressos ou implicados por essas afirmações, como um resultado de diversos fatores, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, níveis de taxa de juros e de câmbio, renegociações futuras ou pré-pagamento de obrigações ou créditos denominados em moeda estrangeira, mudanças em leis e regulamentos e fatos competitivos gerais (em base global, regional ou nacional).

Notas Explicativas

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 – NÃO AUDITADO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio (a seguir denominada como MetrôRio ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em 26 de agosto de 2008, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão (“Contrato”), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”). A Companhia poderá exercer outras atividades não previstas no Contrato, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros. As atividades da Companhia não apresentam sazonalidade.

A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 51.766 (R\$ 314.755 em 31 de dezembro de 2013). A Administração entende que, a partir dos investimentos para a expansão do sistema metroviário como, construção da estação Uruguai, inaugurada em março de 2014, aquisições de 19 novas composições (114 carros metrô), todas já entregues para serviço comercial, acarretando aumento significativo no número de passageiros pagantes, aumentando a geração de caixa operacional e permitindo o pagamento dos passivos.

Adicionalmente, a Administração da Companhia tem atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a sua Controladora efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Companhia. O MetrôRio é controlada pela Investimento e Participação em Infraestrutura S.A. – INVEPAR, que detem a totalidade do capital da Companhia.

Notas Explicativas

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Companhia, foram aprovadas em 11 de agosto de 2014 pela de Administração da Companhia, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Controladora”;
- As informações financeiras intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado”.

As demais informações referentes às bases de elaboração, e o resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, publicadas na imprensa oficial em 24 de março de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos pronunciamentos contábeis

- a) **Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:**
- IAS 32/CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos – Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial..
 - IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.
 - IAS 36 – Impairment de ativos (CPC 01) – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

Notas Explicativas

- IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração (CPC 38) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.
- Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.
- Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigente:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014

- Alteração no IAS 19/CPC 33 – Benefícios a Empregados – alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.
- Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 – pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* – aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.

Notas Explicativas

- Alterações no IFRS 11 – Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto (*joint operations*). Requer um adquirente de participação de operação em conjunto, onde a atividade seja um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios contábeis do IFRS 3 e outras normas, exceto quando existir um conflito com o que dita o IFRS 11 e divulgue as informações requeridas pelo IFRS 3 e outros pronunciamentos sobre combinações de negócios. Aplicável tanto para aquisição inicial de participação em operação em conjunto como para aquisição de participação adicional, neste último caso, o investimento mantido anteriormente não é remensurado com efeito prospectivo.
- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações no pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de “*bearer plants*” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers – define 5 passos simples para ser aplicado aos contratos firmados com clientes pra fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18, IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas informações intermediárias, no entanto não são esperados impactos nas demonstrações financeiras e informações intermediárias.

2.1. Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações financeiras intermediárias da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária integral da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

3. Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01 (R1). Segue abaixo um breve descritivo do contrato:

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens

Notas Explicativas

integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. No período findo em 30 de junho de 2014, não houve alteração no contrato de concessão.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	6.224	3.464	6.226	3.466
Certificado de depósitos bancários - CDB	14.668	22.192	14.668	22.192
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	88.323	30.706	88.323	30.706
Caixa e equivalentes de caixa	109.215	56.362	109.217	56.364

5. Aplicações financeiras

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Fundo cambial exclusivo (a)		
Letras financeiras de tesouro	30.213	34.103
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	12.386	11.803
Total circulante	42.599	45.906
Certificado de depósitos bancários - CDB	10.633	10.229
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	9.531	9.152
Operações compromissadas	9.666	7.008
Total não circulante	29.830	26.389
Aplicações financeiras	72.429	72.295

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim; e, conseqüentemente, não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 75% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 30 de junho de 2014, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$ 10.263 e não há restrição de movimentação destes recursos.

As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$ 29.830, estão vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

- R\$ 5.507, (intermediador Banco Safra S.A.), R\$ 4.138, (intermediador Banco Bradesco S.A.) e R\$ 3.679, (intermediador Banco Itaú BBA) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço,

Notas Explicativas

- R\$ 931 (Banco Bradesco S.A.), R\$ 14 (Banco Santander) e R\$ 152 (Banco Votorantim), referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis,
- R\$ 9.532, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa 14.
- R\$ 5.877, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal, referentes à três prestações mensais.

6. Créditos a receber

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Venda de passagens (a)	1.755	5.106
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	7.804	6.734
Outros títulos a receber	186	164
Provisão para créditos duvidosos	(4.790)	(4.425)
Créditos a receber circulante - líquido	4.955	7.579
Não circulante		
Gratuidades a compensar (c)	11.762	6.196
Provisão para créditos duvidosos	(5.311)	-
Créditos a receber não circulante	6.451	6.196

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor e integrações;
 (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
 (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidades estudantil, com JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo.

	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos				
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 120 dias
30 de junho de 2014	21.507	(10.101)	1.755	3.068	40	52	46	16.546
31 de dezembro de 2013	18.200	(4.425)	-	7.504	50	23	17	10.606

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosos		
Saldo no início do semestre	(4.425)	(3.948)
Adições	(5.679)	(1.033)
Reversão	3	556
Saldo no fim do semestre	(10.101)	(4.425)

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento.

A Companhia recebeu o montante de R\$ 445 referentes à gratuidade estudantil no primeiro semestre de 2014, e, no mesmo período de 2013, não foram recebidos valores referentes à gratuidade.

7. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Materiais auxiliares e de manutenção e bilhetes	12.620	11.320
Adiantamento a fornecedores	4.875	5.517
Importações em andamento (a)	5.333	719
Total	22.828	17.556

(a) O aumento se deu pela apropriação/desembaraço de materiais importados.

Notas Explicativas

8. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar - circulante

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	1.680	5.942
IRRF Aplicações financeiras e ferveços	1.665	2.890
IRPJ - Saldo negativo (Anos anteriores)	885	885
Outros	11	157
Total	4.241	9.874

b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
PIS e COFINS	244	1.227	244	1.227
ISS	1.139	959	1.139	959
ICMS	28	703	28	703
IRRF	2.377	1.906	2.377	1.906
Taxa AGETRANSP-RJ	274	219	274	219
INSS s/ terceiros	177	355	177	355
Total	4.239	5.369	4.239	5.369

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Natureza</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Fundamento para realização</u>
Prejuízo fiscal	15.758	17.976	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	5.836	6.634	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.434	1.504	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencimento maior que 2 anos.
Provisão para riscos	5.483	5.028	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Excesso amortização outorga suplementar	4.627	4.213	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Variação cambial não realizada	353	1.614	Expectativa de realização conforme pagamento.
Provisão para Participação nos Lucros	1.534	2.578	Expectativa de realização conforme pagamento.
Ajuste RTT(*)	5.309	7.887	Expectativa de realização conforme Amortização fiscal do intangível.
Outros	2.996	3.547	Expectativa de realização conforme pagamento ou Baixa.
	<u>45.330</u>	<u>50.981</u>	

(*)30/06/2014 - Ajuste IFRS - Amortização fiscal x contábil R\$ 4.586 . Ajuste IFRS - Custo de captação (custo da dívida) R\$ 723. 31/12/2013 - Ajuste IFRS - Amortização fiscal x contábil R\$ 6.914. Ajuste IFRS - Custo de captação (custo da dívida) R\$ 973

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2014	9.846	14.460
2015	2.607	3.729
2016	10.707	3.729
2017	9.582	3.729
2018	434	25.334
2019	434	-
2020	434	-
2021 em diante	11.286	-
Total	<u>45.330</u>	<u>50.981</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2013 a 30/06/2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	32.619	15.250	15.467	2.217
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(11.090)	(5.185)	(5.259)	(754)
Adições permanentes	(1.600)	(934)	(795)	(574)
Outros	205	95	140	98
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.834)	(3.065)	(7.150)	(5.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.651)	(2.959)	1.236	3.896
Total dos impostos no resultado	(12.485)	(6.024)	(5.914)	(1.230)

9. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Notas Explicativas

Composição

Parte relacionada	Transação	30/06/2014				
		Ativo	Passivo		Resultado	
		Circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito	457	-	-	-	-
CART	Nota de débito	100	-	-	-	-
LAMSA	Debênture	-	2.201	153.099	-	(7.364)
INVEPAR	Nota de débito	-	2.792	-	-	(8.752)
METRÔ BARRA	Nota de débito	638	-	-	638	-

Parte relacionada	Transação	31/12/2013				
		Ativo	Passivo		Resultado	
		Circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito	462	-	-	-	-
CART	Nota de débito	100	-	-	-	-
LAMSA	Debênture	-	1.226	154.170	-	(2.680)
INVEPAR	Nota de débito	-	2.954	-	-	(15.501)
METRÔ BARRA	Nota de débito	1.313	-	-	638	-

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro abaixo:

Composição	30/06/2014	30/06/2013
	Diretoria	Diretoria
Pró-labore	1.539	1.355
Bônus variáveis	913	1.322
Encargos	405	524
Outros benefícios	119	689
Total	2.976	3.890

Conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos conselheiros em 30 de abril de 2012, os conselheiros renunciaram qualquer remuneração pelo exercício da função.

Notas Explicativas

Debêntures

Conforme descrito na nota explicativa 14 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada Linha Amarela S.A. – LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a. , até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012, no montante de R\$18 e o último pagamento será na data de vencimento das debêntures.

Serviços

Em 30 de dezembro de 2010, a Companhia firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da estação metroviária Uruguai.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. A última parcela foi paga em maio de 2013.

Notas Explicativas

10. Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				Saldo em 30/06/2014
		Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	107.265	5.959	-	1.172	114.396
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	164.231	1.579	(28)	2.567	168.349
Máquinas e equipamentos	12,60%	40.925	2.621	(73)	-	43.473
Móveis e utensílios	10%	11.151	4.198	(13)	-	15.336
Veículos	20%	1.823	-	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	9.071	2.150	(28)	-	11.193
Imobilizado em andamento		105.559	7.035	(1)	-	112.593
Peças sobressalentes		12.867	4.984	(1.862)	(3.739)	12.250
Adiantamento a fornecedores		6.635	1.005	-	-	7.640
Imobilizado bruto		459.527	29.531	(2.005)	-	487.053
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(8.064)	(4.599)	-	-	(12.663)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(127.895)	(5.834)	-	-	(133.729)
Máquinas e equipamentos		(15.122)	(2.029)	-	-	(17.151)
Móveis e utensílios		(4.523)	(602)	15	-	(5.110)
Veículos		(1.530)	(60)	-	-	(1.590)
Equipamentos de computação		(4.287)	(708)	21	-	(4.974)
Depreciação acumulada		(161.421)	(13.832)	36	-	(175.217)
Imobilizado líquido		298.106	15.699	(1.969)	-	311.836

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				Saldo em 30/06/2013
		Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	89.602	3.324	(19)	-	92.907
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	151.788	5.371	(29)	-	157.130
Máquinas e equipamentos	12,60%	27.387	1.298	-	-	28.685
Móveis e utensílios	10%	7.463	429	(13)	-	7.879
Veículos	20%	2.540	-	(395)	-	2.145
Equipamentos de computação	20%	7.549	702	(5)	-	8.246
Imobilizado em andamento		39.419	20.228	-	-	59.647
Peças sobressalentes		12.908	-	(2)	-	12.906
Adiantamento a fornecedores		1.789	3.139	(447)	-	4.481
Imobilizado bruto		340.445	34.491	(910)	-	374.026
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(147)	(3.829)	-	-	(3.976)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(116.152)	(5.934)	-	-	(122.086)
Máquinas e equipamentos		(12.159)	(1.292)	-	-	(13.451)
Móveis e utensílios		(3.858)	(278)	-	-	(4.136)
Veículos		(1.901)	(133)	331	-	(1.703)
Equipamentos de computação		(3.143)	(596)	5	-	(3.734)
Depreciação acumulada		(137.360)	(12.062)	336	-	(149.086)
Imobilizado líquido		203.085	22.429	(574)	-	224.940

Os investimentos em imobilizado da Companhia consistem essencialmente na aquisição de bens e serviços necessários a realização da operação, benfeitorias no material rodante (carros metrô), nas estruturas das vias, nas estações, no Centro de Manutenção, no Centro de Controle Operacional e na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação.

Notas Explicativas

De acordo com o CPC01 (R1)/IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 30 de junho de 2014, os custos registrados não sofreram impairment.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

11. Intangível

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2014</u>
Concessão de serviços públicos			
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	394.136	-	394.136
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.142.566	41.335	1.183.901
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	932.843
Direito de software	5.771	1.556	7.327
Outros	14	-	14
Total intangível bruto	<u>2.475.330</u>	<u>42.891</u>	<u>2.518.221</u>
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(219.676)	(5.363)	(225.039)
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038)	(115.114)	(18.483)	(133.597)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(152.991)	(15.950)	(168.941)
Direito de software	(2.611)	(544)	(3.155)
Amortização acumulada (d)	<u>(490.392)</u>	<u>(40.340)</u>	<u>(530.732)</u>
Total intangível líquido	<u>1.984.938</u>	<u>2.551</u>	<u>1.987.489</u>

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2013</u>
Concessão de serviços públicos			
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	474.329	-	474.329
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.057.433	86.593	1.144.026
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	932.843
Direito de software	4.848	372	5.220
Outros	14	-	14
Total intangível bruto	<u>2.469.467</u>	<u>86.965</u>	<u>2.556.432</u>
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(211.741)	(5.363)	(217.104)
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038)	(80.982)	(14.336)	(95.318)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(120.827)	(15.950)	(136.777)
Direito de software	(1.749)	(411)	(2.160)
Amortização acumulada (d)	<u>(415.299)</u>	<u>(36.060)</u>	<u>(451.359)</u>
Total intangível líquido	<u>2.054.168</u>	<u>50.905</u>	<u>2.105.073</u>

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

Notas Explicativas

- a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$ 231,196, o montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga suplementar” é de R\$ 162.940.

- b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na nota explicativa 13, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

- c) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

- d) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de dias restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações.

Notas Explicativas

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, considerando se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- *Receitas*

As receitas foram projetadas entre 2015 e 2019 considerando o crescimento da base de usuários.

- *Custos e despesas operacionais*

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

- *Investimentos de capital*

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período de seis meses findos em 30 de junho de 2014, visto que o valor estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

Notas Explicativas

12. Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Fornecedores Nacionais	27.844	29.963
Fornecedores Internacionais	30.274	26.085
Prestadores de Serviços Internacionais	9.699	7.041
Outros	1.795	-
Total	69.612	63.089

13. Investimentos

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU9 Participações Ltda., é uma subsidiária integral da Companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2, totalmente subscrito e integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo e patrimônio líquido da controlada em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão abaixo demonstrados:

	MASU 9	
	30/06/2014	31/12/2013
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	2	2
Patrimônio líquido		
Capital social	2	2
Total patrimônio líquido	2	2

Notas Explicativas

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu subsidiária no exterior Citpax LLC, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior. O capital social da investida é de US\$ 12,200 (doze milhões e duzentos mil dólares), totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do MetrôRio como moeda funcional, e funcionar, na essência, como extensão das atividades do MetrôRio.

	Citpax	
	30/06/2014	31/12/2013
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	33	34
Ativo fixo	14.546	14.546
	<hr/>	<hr/>
Total do ativo	14.579	14.580
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Passivo		
Contas a pagar MetrôRio	3.369	3.369
Outras contas a pagar	5.588	2.259
	<hr/>	<hr/>
Patrimônio líquido	8.957	5.628
Capital social	24.709	24.709
Prejuízos acumulados	(19.087)	(15.757)
	<hr/>	<hr/>
Total do passivo e patrimônio líquido	14.579	14.580
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Notas Explicativas

	Citpax			
	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/04/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>
Custo dos serviços prestados	-	-	35	(82)
Lucro bruto	-	-	35	(82)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(4)	(8)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	-	-	31	(90)
Receitas financeiras	7.189	19.449	4.623	5.170
Despesas financeiras	<u>(8.851)</u>	<u>(22.779)</u>	<u>(4.779)</u>	<u>(5.391)</u>
Resultado antes dos impostos	(1.662)	(3.330)	(125)	(311)
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	(1.662)	(3.330)	(125)	(311)
Resultado líquido do exercício	<u>(1.662)</u>	<u>(3.330)</u>	<u>(125)</u>	<u>(311)</u>

Notas Explicativas

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 30 de junho de 2014, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado					
					30/06/2014			31/12/2013		
					Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES Direto 1	TJLP	2,02%	15/05/2015	9,81%	5.773	-	5.773	8.924	-	8.924
BNDES Direto 2	TJLP	1,92%	15/02/2017	10,65%	23.453	-	23.453	8.849	19.006	27.855
BNDES Direto 3										
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	7,40%	22.855	207.868	230.723	22.926	219.004	241.930
Subcrédito "B"	TJLP	1,72%	15/10/2017	7,67%	444	1.030	1.474	445	1.251	1.696
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	6,77%	13.161	118.661	131.822	12.595	119.318	131.913
FINEP										
Subcrédito "A"	TJLP	5,25%	15/01/2018	6,29%	1.565	4.015	5.580	1.570	4.792	6.362
Subcrédito "B"	TJLP	8,25%	15/01/2018	9,92%	1.658	4.248	5.906	1.666	5.070	6.736
Financiamento Importação										
Calyon	USD	3,44%	02/11/2016	4,45%	1.902	2.811	4.713	2.015	3.957	5.972
Nota promissória										
Banco HSBC	DI	0,75%	20/03/2014	12,65%	-	-	-	171.268	-	171.268
Banco do Brasil	DI	109,30%	25/11/2014	10,17%	55.516	-	55.516	-	-	-
Conta Garantida -Santander	DI	1,45%	18/03/2014	-	-	-	-	10.000	-	10.000
Citibank	USD	2,23%	11/03/2016	13,22%	541	80.146	80.687	-	-	-
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,24%	988	243.116	244.104	3.492	239.770	243.262
Subtotal					127.856	661.895	789.751	243.750	612.168	855.918
Debêntures										
Debêntures - HSBC	DI	1,50%	14/03/2014	-	-	-	-	117.940	-	117.940
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	8,65%	2.202	153.099	155.301	1.226	154.170	155.396
Debêntures - HSBC 1	DI	1,45%	11/03/2016	11,83%	7.209	210.000	217.209	-	-	-
Subtotal					9.411	363.099	372.510	119.166	154.170	273.336
Total					137.267	1.024.994	1.162.261	362.916	766.338	1.129.254
Custo de captação					(1.876)	-	(1.876)	(1.143)	-	(1.143)
Total geral					135.391	1.024.994	1.160.385	361.773	766.338	1.128.111

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2013	Adições			Amortização				30/06/2014
		Captações	Juros	Outros	Principal	Juros	Outros	Transferência	
Passivo Circulante									
BNDES 1	8.924	-	251	-	(3.141)	(261)	-	-	5.773
BNDES 2	27.855	-	864	-	(4.386)	(880)	-	-	23.453
BNDES 3									
Subcrédito "A"	22.926	-	7.731	-	(11.136)	(7.802)	-	11.136	22.855
Subcrédito "B"	445	-	39	-	(221)	(40)	-	221	444
Subcrédito "C"	12.595	590	4.321	-	(6.266)	(4.345)	-	6.266	13.161
FINEP									
Subcrédito "A"	1.570	-	148	-	(777)	(153)	-	777	1.565
Subcrédito "B"	1.666	-	252	-	(822)	(260)	-	822	1.658
Calyon	2.015	-	95	(104)	(955)	(100)	-	951	1.902
NP - HSBC	171.268	-	3.600	-	(160.000)	(14.868)	-	-	-
NP - Banco do Brasil	-	55.000	516	-	-	-	-	-	55.516
Debênture - HSBC	117.940	-	2.656	-	(100.000)	(20.596)	-	-	-
Debênture - LAMSA	1.226	-	7.365	-	-	(7.460)	-	1.071	2.202
Debênture - HSBC	-	-	7.209	-	-	-	-	-	7.209
Conta Garantida - Santander	10.000	-	-	-	(10.000)	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	3.492	-	8.430	626	-	(9.483)	-	(2.077)	988
Citibank	-	-	548	(7)	-	-	-	-	541
Subtotal	381.922	55.590	44.025	515	(297.704)	(66.248)	-	19.167	137.267
Passivo Não Circulante									
BNDES 3									
Subcrédito "A"	219.004	-	-	-	-	-	-	(11.136)	207.868
Subcrédito "B"	1.251	-	-	-	-	-	-	(221)	1.030
Subcrédito "C"	119.318	5.609	-	-	-	-	-	(6.266)	118.661
FINEP									
Subcrédito "A"	4.792	-	-	-	-	-	-	(777)	4.015
Subcrédito "B"	5.070	-	-	-	-	-	-	(822)	4.248
Calyon	3.957	-	-	(195)	-	-	-	(951)	2.811
Debênture - LAMSA	154.170	-	-	-	-	-	-	(1.071)	153.099
Debênture - HSBC	-	210.000	-	-	-	-	-	-	210.000
Caixa Econômica Federal	239.770	-	-	1.269	-	-	-	2.077	243.116
Citibank	-	85.000	-	(4.854)	-	-	-	-	80.146
Subtotal	747.332	300.609	-	(3.780)	-	-	-	(19.167)	1.024.994
Total	1.129.254	356.199	44.025	(3.265)	(297.704)	(66.248)	-	-	1.162.261
Custos de captação	(1.143)	-	-	-	-	-	-	-	(1.876)
Total geral	1.128.111	-	-	-	-	-	-	-	1.160.385

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	Adições			Amortizações				30/06/2013	
		Captações	Juros	Outros	Principal	Juros	Outros	Transferência		
Passivo Circulante										
BNDES 1	15.223	466	-	-	(3.141)	(479)	-	-	12.069	
BNDES 2	8.874	1.160	-	-	(4.386)	(1.184)	-	4.386	8.850	
BNDES 3										
Subcrédito "A"	22.987	-	8.463	-	(11.136)	(8.585)	-	11.136	22.865	
Subcrédito "B"	253	190	47	-	(205)	(46)	-	205	444	
Subcrédito "C"	2.952	564	4.368	-	-	(4.367)	-	5.978	9.495	
FINEP										
Subcrédito "A"	1.573	-	193	-	(777)	(196)	-	777	1.570	
Subcrédito "B"	1.672	-	320	-	(822)	(323)	-	822	1.669	
Calyon	1.780	-	115	144	(848)	(118)	-	851	1.924	
NP - HSBC	-	160.000	3.307	-	-	-	-	-	163.307	
Debênture - HSBC	-	-	4.498	-	-	-	-	107.531	112.029	
Debênture - LAMSA	2.429	-	7.042	-	-	(7.042)	-	-	2.429	
Caixa Econômica Federal	525	-	9.449	-	-	(9.449)	-	-	525	
Subtotal	58.268	162.380	37.802	144		(31.789)		131.686	337.176	
Passivo Não Circulante										
BNDES 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BNDES 2	27.778	-	-	-	-	-	-	(4.386)	23.392	
BNDES 3										
Subcrédito "A"	241.276	-	-	-	-	-	-	(11.136)	230.140	
Subcrédito "B"	964	713	-	-	-	-	-	(205)	1.472	
Subcrédito "C"	113.382	18.033	-	-	-	-	-	(5.978)	125.437	
FINEP										
Subcrédito "A"	6.346	-	-	-	-	-	-	(777)	5.569	
Subcrédito "B"	6.714	-	-	-	-	-	-	(822)	5.892	
Calyon	5.217	-	-	348	-	-	-	(852)	4.713	
NP - HSBC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Debênture - HSBC	107.531	-	-	-	-	-	-	(107.531)	-	
Debênture - LAMSA	154.170	-	-	-	-	-	-	-	154.170	
Caixa Econômica Federal	244.828	-	-	-	-	-	-	(2.549)	242.279	
Subtotal	908.206	18.746	-	348				(134.236)	793.064	
Total	966.474	181.126	37.802	492		(31.789)		(2.550)	1.130.240	
Custos de captação	(1.550)								(1.434)	
Total geral	964.924								1.128.806	

Notas Explicativas

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	31.122	66.903
2016	355.219	74.133
2017	63.046	64.509
2018	59.748	59.748
2019	59.480	59.480
2020 em diante	456.379	441.565
	<u>1.024.994</u>	<u>766.338</u>

BNDES

- Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES (“BNDES Direto 1”), no montante total de R\$34.314, bem como da respectiva garantia,. O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento esta sendo feita em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização.

- Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES (“BNDES Direto 2”), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia,. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e mensalmente, no período de amortização do principal.

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto 3”), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI. Até 30 de junho de 2014, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante

Notas Explicativas

de R\$421.621 (sendo R\$278.395 do subcrédito "A", R\$2.411 do subcrédito "B" e R\$140.815 do subcrédito "C").

A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito "B" será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto 1, BNDES Direto 2 e BNDES Direto 3 são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$19.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$6.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia.

Notas Explicativas

- c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo.

Financiamento

Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$ 36.389., em parcela única, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313 a.a., serão pagos em parcela única. O principal será pago em 11 de março de 2016.

Financiamento importação

Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP (*“Automatic Train Protection”*), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado, e terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos foi feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos foram embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semestral consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação do principal realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulado até essa data.

Notas Explicativas

Notas promissórias

- Em 18 de março de 2013, a Companhia emitiu trinta e duas Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$5.000, coordenada pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. totalizando R\$160.000. Em 25 de março de 2013, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos faziam jus a remuneração de CDI + 0,75% ao ano, em 14 de março de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente liquidas no montante de R\$174.868.

- Em 27 de maio de 2014, a Companhia emitiu cinco Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$11.000, coordenada pelo BB – Banco de Investimento S.A. totalizando R\$55.000. Em 27 de maio de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos fazem jus a remuneração de 109,30% da CDI ao ano, com vencimento em 23 de novembro de 2014.

FINEP

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” ainda não foram creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

Notas Explicativas

- a) Juros - equivalente à taxa nominal anual de 5,5%, capitalizada mensalmente.
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente.
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “2” e “3”, FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no período findo em 30 de junho de 2014 foi de R\$7.872(R\$15.469 no período findo em 30 de junho de 2013).

Debêntures

- Em 14 de março de 2012, foram emitidas e integralmente subscritas, 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$100.000.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada em pelos Conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas, a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Companhia, com esforços restritos de colocação. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para a quitação de dívidas vincendas da Companhia.

As Debêntures são objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e melhores esforços de colocação a serem outorgados à Companhia pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, sendo R\$50.000 em regime de garantia firme de colocação e R\$50.000 em regime de melhores esforços de colocação. Em 14 de março de 2012, foi desembolsado pelo HSBC à Companhia o montante de R\$50.000

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. As Debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, equivalentes a 100,00% da variação da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa 1,50% ao ano. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a data de emissão até a data de vencimento ou a data de realização do resgate antecipado.

Em 03 de maio de 2012 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Notas Explicativas

Conforme Termo de Adesão ficou estabelecido que a Caixa Econômica Federal realizará a colocação das Debêntures ofertadas, sob o regime de garantia firme de colocação para o montante de R\$50.000, representando 5.000 Debêntures. Em 31 de maio de 2012, foi desembolsado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$50.000.

Em 14 de março de 2014, as debêntures foram totalmente liquidas no montante de R\$120.596.

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 12 de março de 2014 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de março de 2016.

Notas Explicativas

15. Concessão de serviço público

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Circulante				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	2.893	3.657	2.893	3.657
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	2.604	3.291	2.604	3.291
	<u>5.497</u>	<u>6.948</u>	<u>5.497</u>	<u>6.948</u>
Não circulante				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	47.322	44.944	47.322	44.944
	<u>47.322</u>	<u>44.944</u>	<u>47.322</u>	<u>44.944</u>
Total	<u>52.819</u>	<u>51.892</u>	<u>52.819</u>	<u>51.892</u>

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

- R\$2.893 (R\$3.657 em 31 de dezembro de 2013) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018. A quitação deste compromisso, atualizado até 30 de junho de 2014, está programada para novembro de 2014.
- R\$ 47.322 (R\$ 44.944 em 31 de dezembro de 2013) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 30 de junho de 2014, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Esse compromisso, somava em 30 de junho de 2014, R\$47.322 (R\$ 44.944 em 31 de dezembro de 2013), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$ 34.100 (R\$ 32.206 em 31 de dezembro de 2013). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Notas Explicativas

- b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014; (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 30 de junho de 2014, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2014, o valor investido totalizou R\$41.335 (R\$86.593 no período de seis meses findos em 30 de junho de 2013).

Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17 (R1) e ICPC 01 (R1), ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível.

- c) Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

Notas Explicativas

A Companhia apresenta no quadro abaixo a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	<u>5.229.910</u>
Total	6.093.927

Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

Notas Explicativas

16. Provisões para riscos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, e, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis	7.288	6.752
Trabalhistas	4.452	4.576
Tributárias	1.168	1.168
Administrativas	647	-
	<u>13.555</u>	<u>12.496</u>

Movimentação das provisões

	<u>Saldo inicial 31/12/2013</u>	<u>Provisões efetuadas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Reversões/ pagamentos</u>	<u>Saldo final 30/06/2014</u>
Cíveis	6.752	470	402	(336)	7.288
Trabalhistas	4.576	40	151	(315)	4.452
Tributárias	1.168	-	-	-	1.168
Administrativas	-	647	-	-	647
Total	<u>12.496</u>	<u>1.157</u>	<u>553</u>	<u>(651)</u>	<u>13.555</u>

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 30 de junho de 2014, existiam 623 processos em andamento (578 processos em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de junho de 2014, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 77.855 (R\$ 80.634 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 30 de junho de 2014, existiam 463 processos em andamento (497 processos em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de junho de 2014, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 17.588 (R\$ 17.596 em 31 de dezembro de 2013).

c) Riscos tributários

A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”), em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias (“GFIP”) do período de 1º de janeiro a agosto de 1999.

A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS, cujo objeto é a anulação de autuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da perícia judicial.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) Depósitos recursais

Em 30 de junho de 2014, a Companhia possuía R\$ 31.032 em depósitos recursais (R\$ 29.025 em 31 de dezembro de 2013). Este montante é atualizado monetariamente.

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2014 é de aproximadamente R\$ 39.895 (R\$ 41.058 em 31 de dezembro de 2013), sendo de natureza trabalhista e cível.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2014, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 26.674 (R\$ 23.923 em 31 de dezembro de 2013).

c) Bloqueios judiciais

Em 30 de junho de 2014, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$ 1.068 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2013).

17. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

18. Resultado financeiro

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2013 a 30/06/2013
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	18	18	18	7
Juros s/ aplicações financeiras	5.398	2.646	17.436	14.954
Juros ativos	34	15	25	19
Variação monetária ativa	2714	928	2.750	1.394
Variações cambiais ativas	5.391	3.117	11.795	3.650
Total receitas financeiras	13.555	6.724	32.024	20.024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.140)	(10.299)	(15.803)	(9.474)
Comissões e despesas bancárias	(1.196)	415	(634)	(372)
Juros passivos	(4.626)	(1.513)	(5.789)	(1.961)
Operações de Hedge	(7.648)	(3.705)	-	-
Variação monetária passiva	(6.594)	(2.997)	(4.713)	(2.494)
Juros sobre debêntures	(9.865)	(6.057)	(4.497)	(3.726)
Ajuste a valor presente	28	(1)	(382)	(73)
Variações cambiais passivas	(1.945)	(1.436)	(29.560)	(24.893)
Juros com partes relacionadas	(4.200)	(2.436)	(2.680)	(1.378)
Outros	(442)	(227)	(428)	(198)
Total despesas financeiras	(59.628)	(28.256)	(64.486)	(44.569)
Resultado financeiro líquidoTotal	(46.073)	(21.532)	(32.462)	(24.545)

Notas Explicativas

19. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 30 de junho de 2014, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Risco operacional	200.000	01/08/2013	01/08/2014	Tokio Marine
Responsabilidade civil geral	50.000	01/08/2013	01/08/2014	Tokio Marine
Transporte nacional	4.000	12/02/2014	12/02/2015	RSA
Transporte internacional	3.000*	13/02/2014	13/02/2015	RSA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2013	31/12/2014	RSA

(*) Em milhares de Dólares – (Em reais R\$ 6.608)

20. Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação vigente, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, foi aprovada a instituição do Plano de Participação em Lucros e Resultados (“PLR”). Dessa forma, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2014, a Administração provisionou R\$ 4.562 de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e R\$ 747 de participação/bonus dos administradores, correspondentes a 50% da PLR esperada para o exercício de 2014.

21. Avais, fianças e garantias

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 30 de junho de 2014 eram de R\$ 29.830 (R\$ 26.389 em 31 de dezembro de 2013), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamento junto ao BNDES e CEF (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 14.

Notas Explicativas

22. Compromissos e responsabilidades

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e
- (ii) contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

23. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas Explicativas

a) Análise dos instrumentos financeiros

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2014. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	30/06/2014			31/12/2013		
	Valor Justo	Custo amortizado	Total	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	109.217	-	109.217	56.364	-	56.364
Aplicação financeira	72.429	-	72.429	72.295	-	72.295
Créditos a receber	-	11.406	11.406	-	13.775	13.775
Total do ativo	181.646	11.406	193.052	128.659	13.775	142.434
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	-	787.875	787.875	-	854.775	854.775
Debêntures	-	372.510	372.510	-	273.336	273.336
Obrigações com Poderes Concedentes	-	52.819	52.819	-	51.892	51.892
Total do passivo	-	1.213.204	1.213.204	-	1.180.003	1.180.003

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Notas Explicativas

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 15, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas na notas explicativas 5 e 14, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 30 de junho de 2014, a Companhia possuía operações com característica de *hedge*.

Notas Explicativas

No segundo trimestre de 2014, a Companhia contratou operações para proteção cambial de passivo com o Citibank. O financiamento consiste na contratação de duas operações: uma linha de crédito em dólares e um swap do fluxo desta linha de crédito para reais. Abaixo o demonstrativo:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	Curva diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	80.605	87.991	(7.648)	(7.386)

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalente de caixa	DI	11.123	8.342	5.562
Aplicações financeiras	DI	7.822	5.867	3.911
Empréstimos e financiamentos				
BNDES	TJLP	(19.662)	(24.578)	(29.493)
FINEP	TJLP	(574)	(718)	(861)
Notas promissórias	DI	(5.996)	(7.495)	(8.994)
	Taxa Câmbio			
Financiamento importação	R\$/US\$	(10.358)	(12.948)	(15.537)
Financiamento CEF	TR	(854)	(1.068)	(1.282)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(544)	(679)	(815)
Debênture HSBC	DI	(23.459)	(29.323)	(35.188)
	Taxa Câmbio			
CITIBANK	R\$/US\$	(177.310)	(221.638)	(265.965)
Referência para ativos e passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%
TR (% ao ano)		0,35%	0,44%	0,53%
DI Ativo (% ao ano)		10,80%	8,10%	5,40%
DI Passivo (% ao ano)		10,80%	13,50%	16,20%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$2,20	R\$2,75	R\$3,30

Notas Explicativas

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e financiamentos	787.875	854.775
Debêntures	372.510	273.336
Caixa e equivalentes de caixa	(109.217)	(56.364)
Aplicações financeiras	(72.429)	(72.295)
Dívida líquida	978.739	999.452
Patrimônio líquido	1.301.888	1.281.754
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>2.280.627</u>	<u>2.281.206</u>

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

24. Resultado por ação

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e de 2013.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>Controladora</u>			
	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>	<u>01/04/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>
Resultado básico e diluído por ação				
Numerador				
Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	20.134	9.226	9.553	987
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.446.899	1.446.899	1.446.899	1.446.899
Resultado básico e diluído por mil ações	<u>13,92</u>	<u>6,38</u>	<u>6,60</u>	<u>0,68</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 30 de junho de 2014 e em 30 de junho de 2013, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

Notas Explicativas

25. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas

	Controladora e Consolidado			
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013
Receita com passagens	163.611	316.802	140.021	269.042
Receitas acessórias	7.716	15.058	5.925	12.579
Receita da construção	-	-	2.514	7.509
Impostos e contribuições sobre a receita	(4.824)	(9.384)	(7.491)	(16.076)
Receita de serviços líquidas	166.503	322.476	140.969	273.054

Custos e Despesas por natureza

	Controladora e Consolidado			
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013
Pessoal e encargos	(44.962)	(85.367)	(42.807)	(81.354)
Conservação e manutenção	(14.221)	(24.386)	(10.302)	(20.112)
Comunicação, Marketing e Publicidade	(4.610)	(5.236)	(2.200)	(2.966)
Seguros e garantias	(429)	(1.291)	(1.031)	(1.817)
Serviços de terceiros	(3.953)	(5.864)	(3.017)	(4.247)
Veículos	(218)	(218)	(120)	(120)
Consultoria e Assessoria	(4.730)	(8.613)	(1.370)	(3.915)
Aluguéis e impostos	(948)	(1.270)	(113)	(245)
Energia Elétrica	(13.021)	(27.363)	(13.621)	(27.961)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / Provisão para riscos	(6.443)	(6.426)	(434)	(853)
Intercompany	(4.993)	(8.752)	(3.861)	(7.301)
Depreciação e amortização	(27.262)	(54.172)	(24.127)	(48.122)
Custo de construção	-	-	(2.260)	(6.994)
Outros	(4.328)	(15.914)	(9.480)	(20.116)
	(130.118)	(244.872)	(114.743)	(226.123)
Custo de serviços prestados	(94.882)	(182.113)	(85.989)	(167.912)
Despesas gerais e administrativas	(35.236)	(62.759)	(26.494)	(51.217)
Custo de construção	-	-	(2.260)	(6.994)
	(130.118)	(244.872)	(114.743)	(226.123)

Notas Explicativas

26. Transações Não Caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	3.384	19.122
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	7.872	15.469
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e mútuos no resultado e não pagos	3.118	2.478
Realização dos investimentos	(1.971)	(55.127)
Provisão para devedores duvidosos	5.676	895
	<hr/>	<hr/>
Total de transações não caixa	18.079	(17.163)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão e auditoria dos valores referentes às informações financeiras intermediárias dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013 e do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 9 de agosto de 2013.

As informações e os valores correspondentes aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 20 de março de 2014, que continha parágrafos de ênfase mencionando as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, que no caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de seis meses findos em 30 de junho de 2014.

A DIRETORIA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, emitido em 11 de agosto de 2014, referente às demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014.

A DIRETORIA